

## Existirmos: a que será que se destina?

No dia 15 de outubro, parodiando o trecho da música “Cajuína”, de Caetano Veloso, o Jornal ADUFOP traz algumas reflexões sobre o trabalho intelectual do professor e resgata o papel da entidade sindical.

Aprendizado, ensino, interpretação, invenção, criação, pesquisa, esforço de dedicar a vida aos estudos. Há muito o que falar sobre o trabalho intelectual do professor. É uma tarefa interdisciplinar por vocação, que tem a missão de transformar as pessoas. Em cada momento histórico e na realidade social onde se insere é a busca de liberdade (a autonomia do pensamento autorregulado), de rigor (o controle metódico de seus passos) e de emancipação, isto é, de obter clarificações do sentido das experiências sociais e históricas. É avesso ao princípio da autoridade, pois não pode abandonar a perspectiva de se reconstruir no contato com as experiências socio-culturais que o suscitaram, suscitam e se articulam entre si.

Sua reflexão crítica mergulha na história cultural das experiências de onde nasce como questionamento; mergulha na sua própria história interna de autotransformação, seja movido pelo impasse ou sugestão das ideias, seja movido pelo acaso, criador de suas descobertas; e mergulha na história social através das instituições onde se realiza e se transforma, tentando transformá-las também.

Não indaga apenas o que se pode saber, mas, sobretudo, o que há para saber. Não se satisfaz em se realizar no interior de uma instituição, mas indaga o que é esta instituição, por que e para que ela existe.

Esse trabalho intelectual só é possível com autonomia, de-

mocracia e a garantia de expressão da mais ampla diversidade de visões de mundo. São igualmente essenciais a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e condições dignas de vida e trabalho.

Mas as últimas décadas têm sido marcadas pela implantação de políticas contrárias a essa concepção de trabalho acadêmico e intelectual, ameaçando seu exercício, com graves repercussões no desenvolvimento econômico, social, político e cultural do país.

A pressão sobre cada um para “produzir”, os métodos e critérios dos organismos financiadores e dos gestores das universidades, o aumento da intensidade de trabalho, acompanhado do alijamento do poder de deliberação sobre os rumos do trabalho, são algumas das características desses processos de reestruturação e controle dos afazeres acadêmicos.

Instaura-se a “concorrência” no lugar da cooperação, a fragmentação do conhecimento e da produção acadêmica e a busca de soluções individuais para o exercício da sua profissão. Modifica-se assim profundamente a essência do trabalho intelectual do professor, com consequências que extrapolam as paredes de seus gabinetes, salas de aula e laboratórios.

Nesse sentido, reafirma-se a centralidade da ação sindical em produzir diagnósticos e aprofundar a compreensão das dificuldades do cotidiano docente diante da imposição desse novo *ethos* acadêmico. É necessário potencializar debates, ações e providências que resgatem, individual e coletivamente, os professores como sujeitos da história e dos rumos do seu trabalho.

### Dia do Professor

A ADUFOP programou para o dia 15 de outubro, quinta-feira, uma atividade especial na sede da entidade. A proposta é reunir os docentes a partir das 16h quando será exibido o filme “O Corte” (2005), do diretor Costa Gravas. O diretor retrata situações extremas relacionadas com desemprego, reestruturações e o efeito do estresse relacionado ao ambiente de trabalho. Após a sessão um bate papo ao redor da mesa.



### Agenda de eventos

Leia mais na página 03

### Greves carimbam mandato de Dilma

Leia mais na página 03

### Conjuntura: o ano da Educação

Leia mais na página 04



## DIRETORIA ADUFOP - GESTÃO 2014-2016

Prof. Luís Antônio Rosa Seixas  
*Presidente*

Prof. Paulo Ernesto Antonelli  
*1º Secretário*

Prof. Ricardo Silvestre da Silva  
*1º Tesoureiro*

Prof. Joaquim Batista de Toledo  
*2º Tesoureiro*

## CONSELHO DE REPRESENTANTES

### Escola de Farmácia

Profª Mônica Cristina Teixeira  
Profª Vanja Maria Veloso  
Profª Vanessa Carla Furtado Mosqueira

### Escola de Minas

Prof. Edison Tazava  
Prof. Geraldo Donizette de Paula

### ICHS

Prof. Marcelo Santos de Abreu

### Escola de Nutrição

Profª Késia Diego Quintaes  
Profª Marília Alfenas de Oliveira  
Prof. Marcelo Eustáquio Silva

### ICEA

Prof. Wagner Ragi Curi Filho  
Prof. Thiago Augusto de Oliveira Silva

### ICEB

Prof. Hildeberto Caldas de Souza

### CEDUFOP

Prof. Heber Eustáquio de Paula

### CEAD

Profª Janete Flor de Maio Fonseca

### Escola de Medicina

Prof. Rodrigo Pastor Alves Pereira

### Jornal ADUFOP

Redação, edição, diagramação: Lícia Ribeiro - (MTb 08397JP) e Tácito Dutra  
Diretor responsável: Luís Seixas  
Projeto gráfico - AllType Publicidade  
Impressão: Gráfica 101  
Tiragem: 1.000 exemplares

### ADUFOP - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto

Endereço: Rua Francisco Pignatário, 151,  
Bauxita - Ouro Preto-MG - CEP: 35400-000  
E-mail: comunicacao@adufop.org.br  
Telefone: (31) 3551-5247  
Twitter: @adufopsindical  
Facebook: www.facebook.com/adufop

[www.adufop.org.br](http://www.adufop.org.br)

Em meio a uma conjuntura marcada por graves problemas econômicos e imensa falta de credibilidade, o governo federal estrangulou o orçamento da Educação e da Ciência e Tecnologia. Praticamente findo esse primeiro ano do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, quarto mandato do Partido dos Trabalhadores à frente do Executivo Federal, as universidades e os docentes terão que lutar muito no sentido de reunir as condições necessárias para continuar a oferecer ensino de qualidade e atender ao tripé ensino, pesquisa e extensão que a sociedade exige.

A lista de problemas só aumentou no último período, e as soluções apresentadas têm sido drásticas. A começar pela equipe de comando. No Ministério da Educação, somente no ano de 2015 foram dois os ministros empossados e exonerados. No Ministério da Ciência e Tecnologia, o atual é o segundo ministro no ano. Nada garante que permaneçam nos cargos, ou mesmo que tenham projetos “inovadores” para as áreas. De fato, em ambos os casos, programas considerados pelo poder central como “a menina dos olhos” nas áreas de Educação, Ciência e Tecnologia, simplesmente, na prática, se mostraram de pouca eficácia para os fins que se destinavam, e insustentáveis do ponto de vista de seu financiamento.

Por sua vez, a crise finca raízes nas instituições federais de ensino superior: retirada de direitos dos trabalhadores, diminuição do quadro de pessoal, precarização das condições de trabalho, evasão escolar, insegurança, inadimplência financeira, enfim, problemas estruturais vão se desenhando e apontam para

um futuro imediato completamente indefinido em termos do *modus operandi* da instituição.

Por essas razões, a tomada de consciência e as mobilizações que se sucederam Brasil a fora desde o início deste ano devem continuar. Se, no primeiro momento, as manifestações e os protestos estiveram ancorados às greves do funcionalismo federal no contexto da Campanha Salarial de 2015, a partir de agora as atenções se voltam para o combate da crise também no interior das universidades. Por isso, o ciclo de eventos proposto nesses meses de reinício de atividades acadêmicas de graduação. Precisa-se interiorizar que a condição de servidores públicos exige a defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

A comunidade acadêmica respondeu, nos últimos anos, às demandas da sociedade e ampliou consideravelmente o acesso do corpo estudantil. O número de estudantes duplicou e a produção de pesquisa e a interação com a comunidade se diversificou. O trabalho acadêmico atende às mais diferentes áreas do conhecimento. A inserção de suas pesquisas produz resultados concretos para a população. Portanto, independente do que acontece nos gabinetes governamentais reivindica-se outro tratamento por parte dos mandatários da nação. As entidades representativas dos trabalhadores exigem negociação e o atendimento às suas pautas de reivindicações. O governo federal precisa rever sua política de cortes e desobrigação com o ensino público e gratuito.

Diretoria ADUFOP

## ADUFOP completa 33 anos de fundação

No próximo dia 4 de novembro a data de fundação da entidade completa 33 anos. Como se tornou praxe, a secretaria empenha-se em organizar o evento de confraternização para marcar a data. Este ano as possíveis datas são 20 e 27 de novembro, ambas na sexta-feira. O evento consiste em um coquetel dançante, à noite, com duração de 6 horas, em Ouro Preto. O convite é extensivo ao acompanhante. Os interessados em comparecer devem retornar e-mail à secretaria da entidade, o mais breve possível, no sentido de facilitar a organização do evento.

# Agenda de eventos

Confira a programação de eventos para o próximo período:

• **Dia 15 de outubro (quinta-feira)**  
16h – Sessão de Cinema: “O corte”, do diretor Costa Gravas.

18h - Coffee break de integração.  
Local: Sede da ADUFOP

• **Dia 23 de outubro (sexta-feira)**  
15h – Debate: “A Universidade Pública diante da mercantilização da Educação Superior: Desafios e perspectivas para o trabalho docente”.

Expositores: Paulo Rizzo, professor da UFSC e presidente do ANDES; André Guimarães, professor da UFPA e 1º vice-presidente da Regional Norte II do ANDES.

Local: Auditório do ICEB/UFOP

18h - confraternização

Local: Sede da ADUFOP

• **Dia 24 de outubro (sábado)**  
9h às 16h - Encontro da Regional Leste do ANDES-SN.

Local: Sede da ADUFOP

• **Dia 28 de outubro (quarta-feira)\*\***  
13h30 - Mesa Redonda: “O papel do servidor público no contexto atual”.

Expositores: Adilson Pereira dos Santos pedagogo (PROGRAD/UFOP) e Dr. Roberto Gambini psicólogo e servidor da UFRJ.

15h - Coffee break de integração

Local: Centro de Convenções UFOP

• **Dia 5 de novembro (quinta-feira)\*\***  
15h - Debate: “A Carreira Docente e seus desafios”

Expositora: Maria do Perpétuo Socorro M. Pereira, professora do DECAT (UFOP) e presidente da CPPD/UFOP.

• **Dia 10 de novembro (terça-feira)\*\***  
14h - Palestra: “Assédio moral no trabalho”

15h - Coffee break de integração

• **Dia 24 de novembro (terça-feira)\*\***  
14h - Mesa Redonda: “Seguridade Social no Serviço Público Federal”.

Expositores: Rolando Malvásio (UFTM/FASUBRA) e Cláudia March, professora da UFF, secretária geral do ANDES.

15h - Coffee break de integração

• **Dia 2 de dezembro (quarta-feira)\*\***  
14h - Mesa Redonda: “Aposentadoria no Serviço Público Federal”.

Expositores: Lourene Cristina Maia e Mariana Veronez Borri (ambas do quadro da UFOP) e Dr. Carlos Frederico G. Pereira – advogado da ADUFOP e ASSUFOP.

15h - Coffee break de integração.

\*\*Eventos alusivos ao Dia do Servidor Público, 28 de outubro, organizados em conjunto com ADUFOP, ASSUFOP e PROAD/UFOP. Os locais não indicados estão a definir.

## Greves carimbam o segundo mandato de Dilma

Talvez até nem fosse preciso, como gostam de afirmar os ministros e assessores especiais: “o governo sempre esteve aberto ao diálogo”... Entretanto, o início do ano já deu o tom: contingenciamento de verbas, medidas provisórias com a retirada de direitos dos trabalhadores, promessas de campanha não cumpridas, insistentes evasivas para iniciar o processo negocial da Campanha Salarial dos servidores públicos federais. De um lado, o núcleo duro do governo com o discurso da austeridade e a conhecida receita que transfere a conta para a sociedade. De outro, um corredor de cadeiras governamentais sem qualquer margem de manobra para dar retorno aos movimentos sociais de reivindicação. A resposta não tardou a chegar. Passeatas, mobilizações, protestos e dias de paralisação.

O tempo segue e a situação descamba para o descontrole com inflação, cortes draconianos e unilaterais no orçamento, juros estratosféricos, crise de governabilidade, perspectiva de recessão prolongada e os trabalhadores se posicionaram: é hora de reagir. Rodadas de assembleias acontecem e aparecem os indicativos de greve.

A situação não era nova: 2011, o primeiro ano do primeiro mandato da presidente Dilma também foi um ano de restrições. Porém, no embalo do crescimento do PIB de 7,5% em 2010 as categorias não levaram adiante a hipótese. O ano de 2012 chegou e o governo manteve a postura intransi-

gente e de descaso com os trabalhadores. Resultado, o governo Dilma I enfrentou a primeira greve conjunta de diversas categorias do serviço público federal. Iniciada com os docentes das universidades, a greve alastrou-se entre técnico-administrativos e institutos federais, atingindo inúmeras outras carreiras. O governo se safou assinando “acordos” válidos por três anos (2013-2015). Passou-se o tempo, Dilma foi reeleita e a inflação oficial acumulada no período, como previsto pelos sindicatos, superou os índices de reposição dos “acordos” de 2012. Em adição, com a perspectiva de uma inflação projetada em >9% para 2015, não ficou difícil perceber que, diferentemente de 2011, dessa vez a greve viria logo no primeiro ano do segundo mandato. Porém, talvez o mais grave, e que causou indignação entre as categorias, foi o fato do governo “atual” ter feito terra arrasada do governo “anterior”. Não se trata somente da deterioração da conjuntura econômica e política, mas principalmente a guinada para adotar um programa de governo que só tem comparação com políticas neoliberais de qualquer espécie. As categorias disseram: para quem passou por Collor, FHC I e II, Lula I e II, Dilma I, assim não dá!!!

Decorre que, com a greve de 2015 em andamento, em 25 de junho o governo apresentou uma proposta de reajuste salarial de 21,3% divididos em quatro anos, 5,5% em 2016; 5% em 2017; 4,75% em 2018 e 4,5% em 2019.

A proposta foi imediatamente rejeitada por unanimidade entre as categorias. No entanto foi preciso chegar ao início do mês de setembro – portanto mais de três meses de impasse – para que o governo reformulasse a proposta inicial sobre a mesa. Na essência pouca coisa se alterou: se numa ponta o governo reduziu o período de reajustes para dois anos (ufa!), na outra postergou em sete meses o período inicial de 5,5% de correção, saltando de janeiro de 2016 (como inicialmente) para agosto de 2016, e mantendo o índice de 5% em janeiro de 2017. Ou seja, com os dados disponíveis da inflação projetada de 2015 (>9,0%), e 2016 (>6,0%), o arrocho salarial será ainda maior que aquele do início das “negociações”.

Mas isso não foi tudo. Enquanto o secretário de governo discorria sobre essa “nova” proposta, o núcleo duro do governo acrescentava alguns adendos, como a suspensão de concursos públicos em 2016, extinção do abono permanência e o aprofundamento na política de austeridade.

Portanto, não há o que comemorar. Se o momento é o de recuo do movimento grevista, tampouco representa sossego ao governo federal. A disposição de luta permanece: o ano de 2015 já se foi, e 2016, tudo indica, já está comprometido com a recessão, inflação acima da meta, taxas de desemprego em alta, e o aprofundamento da austeridade no orçamento público federal. O refresco não virá tão cedo.

# Conjuntura: este não foi um ano bom para a universidade pública

Não há muito mais o que fazer, e, sem dúvida, 2015 entra para a história recente como o ano de maior desaprovção de um governo de frente popular no comando do Brasil. Na ressaca da eleição presidencial mais acirrada do último período, na qual os brasileiros se viram mais uma vez diante da polarização entre a defesa do crescimento da economia, expansão do financiamento público e a proteção da indústria nacional, e do outro, a terrível ameaça da privatização, elevação das taxas de juros e a transferência dos recursos do orçamento para o pagamento da dívida pública, o período pós-eleitoral provou-se mais cruel do que a “realidade” apresentada no marketing político dos meios de comunicação.

Ainda no apagar das luzes do governo “anterior” foram enviadas ao Congresso Nacional as primeiras medidas de correção dos rumos da economia, e não para surpresa, justamente centradas em ataques aos direitos dos trabalhadores. Na montagem dos ministérios, nomes que muito bem poderiam estar do lado derrotado na corrida eleitoral. A Educação, Ciência e Tecnologia, jogadas nas mãos de políticos sem qualquer ligação com o setor. O frio na barriga deu sua primeira pontada. Enquanto isso, no Poder Legislativo transitavam com desenvoltura as pautas opostas ao campo democrático e popular, como a redução da maioria penal, o financiamento privado de campanhas políticas, a Lei das terceirizações, entre outras. Em paralelo, a crise econômica mostra suas garras: juros elevados, inflação bem acima da meta, fim do pleno emprego, “acordos” coletivos de trabalho com reajustes abaixo da inflação e diminuição da renda do trabalhador.

Entretanto, o fato mais marcante do início do “novo” governo federal se deu com a definição da meta de superávit primário, o dinheiro retirado do orçamento para pagamento de juros da dívida pública, “obrigando” o poder central a contingenciar 30% dos recursos dos ministérios, e, com isto, provocando paralisia de toda a máquina pública. Esta situação de verdadeiro caos administrativo e financeiro das instituições públicas,

entre elas evidentemente, as universidades, perdura indefinida até meados do mês de maio. Inúmeras reuniões promovidas pelas administrações dão conta da completa impossibilidade de realizar qualquer planejamento com base no orçamento. A situação, porém, se deteriora ainda mais, diante da incapacidade do governo em cumprir a promessa de superávit primário, anunciando então novos cortes no orçamento federal. Em 22 de maio de 2015, com a premissa de equilibrar as contas públicas e dar uma demonstração de austeridade fiscal ao mercado, o governo federal anunciou o corte



de mais de R\$60 bilhões no orçamento geral na união. Os campeões foram os Ministérios das Cidades, com corte de R\$17 bilhões (-54,3%), Saúde, corte de R\$11 bilhões (-11,4%) e Educação, corte de R\$9 bilhões (-9,3%), além da Ciência e Tecnologia, corte de R\$1,8 bilhões (-25,2%). Em momento posterior (30 de julho), o governo federal ampliou o montante do corte orçamentário em R\$8,6 bilhões, elevando para R\$79,4 bilhões a restrição nas áreas sociais desde o primeiro anúncio do pacote de ajuste fiscal. Nem mesmo a presença, a esta altura, do novo ministro na pasta da Educação, desta vez nomeado com credencial na área, foi capaz de evitar o corte adicional no orçamento do Ministério da Educação, dessa vez atingindo a ordem de R\$1 bilhão.

Com as medidas, o tamanho da redução da verba destinada à Educação Pública atingiu a soma de mais de R\$12 bilhões. As universidades in-

dividualmente tiveram redução de 10% sobre a verba de custeio e 47% sobre verbas de investimento. Porém, vale lembrar, no início do ano o governo federal já havia limitado a verba dessas instituições a 1/18 do orçamento por mês, o que implicou num corte mensal de R\$586,83 milhões, por três meses, num total de R\$1,76 bilhões. O impacto dos cortes rapidamente se fez sentir nas instituições. Os reitores passaram a escolher quais contas seriam pagas, e quais seriam colocadas no cabide. As medidas restritivas se espalharam como notícia ruim: terceirizados com salários atrasados, falta de material de consumo, estudantes notificados da redução dos trabalhos de extensão e/ou pesquisa e/ou monitorias e afins, setores desativados. Campanhas pela abertura das contas das reitorias colocaram em evidência o que não dava mais para esconder. Sucudem-se declarações do tipo “só temos condições de funcionar até início do segundo semestre”. De fato, passados todos os movimentos de reivindicação pela reversão dos cortes, o governo federal não arredou uma vírgula em seus propósitos de austeridade fiscal e a realidade orçamentária das instituições de ensino públicas segue difícil de encarar.

Mas, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que os ministros anunciavam os cortes na educação pública, o Palácio do Planalto editou medida provisória (MP 686) que destinou R\$5,2 bilhões ao Programa de Financiamento Estudantil (Fies) em instituições privadas. E isso não é tudo. No primeiro semestre de 2015 o governo já havia destinado cerca de R\$6,5 bilhões para o Fies, sendo que, em torno de R\$1,7 bilhão através da emissão de título da dívida pública. Com a MP 686, o total destinado ao programa nos primeiros sete meses de 2015 chegou a cerca de R\$11,7 bilhões. Conclusão: é no mínimo contraditório o governo cortar mais de R\$12 bilhões da Educação Pública, deixando as universidades à mingua, e no mesmo período destinar quase o mesmo montante para o Fies. Trata-se de um claro desvio de recursos da Educação Pública para a iniciativa privada.